

Economistas criticam

política econômica
da Nova República

Brasília — A política governamental favorece a especulação financeira. A campanha de desestatização não convém ao país, pois as estatais constituem um núcleo estabilizador da economia. A dívida interna deve ser congelada. O plano nacional de desenvolvimento da Nova República é ruim. A dívida externa não deve ser paga. Ditas de forma isolada, estas frases sugerem unicamente que seus autores não estão muito satisfeitos com o atual Governo. Mas, elas têm um eixo central: representam a síntese do pensamento de economistas de esquerda, que não pouparam críticas à administração federal, durante o 6º Congresso Brasileiro, realizado em Brasília.

Não é tarefa das mais fáceis classificar os chamados “economistas de esquerda”, pois existe uma disputa em torno do rótulo. Na opinião do Senador Roberto Campos, eles constituem o núcleo que formula a política econômico-financeira do Governo Sarney. Mas, no entendimento de muitos técnicos que participaram do 6º Congresso, alguns economistas, que estão no Governo, já não podem ser considerados “de esquerda”, pois o exercício do poder automaticamente os levou para o centro.

Deixando de lado a estéril discussão sobre quem está na esquerda, o fato é que, no 6º Congresso dos Economistas, a Nova República foi crivada de críticas. Até mesmo o guru de muitos economistas no Governo, a professora Maria da Conceição Tavares — que nunca escondeu sua admiração pelo atual regime —, teve um momento de dúvida e admiração pelo atual regime — teve um momento de dúvida e admitiu que o PND, elaborado pelos técnicos do Ministério do Planejamento, “é ruim”. Ela condenou a trimestralidade salarial e rechaçou, com veemência, a aplicação de um choque na economia, nos moldes formulados pelo Governo Alfonsín, na Argentina.

Décio Garcia Münhoz, professor da Universidade de Brasília, autor de um discurso muito aplaudido na abertura do encontro, não pode ser classificado como “de esquerda”. Entretanto, foi um dos principais críticos independentes do período Delfim Neto e depois assessorou o então candidato e presidente eleito Tancredo Neves, nos tempos iniciais da Copag. Na sua opinião, a Nova República “é devedora da Nação, pois seis meses se passaram e ela se mostrou manietada, amarrada”.

Munhoz entende que o atual Governo favorece a especulação financeira, quando eleva as taxas de juros, e prejudica os contribuintes, quando aumenta a carga tributária. Existe uma ausência de propostas “reformistas mais profundas” e o Governo, segundo ele, não tem o objetivo de discutir mudanças. “Como não se fala em política de rendas, não se pode traçar o futuro”, reclamou.

Aparentemente contraditório, Munhoz declarou que não está na oposição e pediu um crédito de confiança ao Governo, mesmo ressaltando que a administração da dívida pública (um dos seus temas prediletos) tem o mesmo esquema da Velha República.

Para Marco Antônio Martins, que embora formado em Chicago, não é discípulo do famoso monetarista Milton Friedman, o Governo deve tomar medidas radicais para equacionar o problema da dívida interna. Entre elas, citou a criação de “títulos perpétuos”, que seriam trocados, com o público, pelas atuais LTNS e ORTNS. Esses novos papéis, sugeriu, nunca teriam vencimento, mas poderiam ser negociados através das bolsas de valores, embora dificilmente vá aparecer algum interessado em comprá-los.

Para o Senador Saturnino Braga (de quem Marco Antônio Martins é assessor), o Governo deve enfocar com atenção aquilo que ele denominou de “drenagem de recursos para o exterior”. O candidato do PDT à Prefeitura do Rio de Janeiro argumentou que um eventual pacto social, no Brasil, não poderá dispensar um corte nos pagamentos relativos aos compromissos externos. “Não existe pacto sem ganhos para toda a sociedade e o pagamento integral da dívida externa reduz estes ganhos e impede o desenvolvimento”, assinalou Saturnino.

Para o professor Teotônio dos Santos, também vinculado ao PDT, o fato de o país não pagar a dívida não chega a constituir um autêntico calote. Ele acredita que a palavra calote tem nítida conotação ideológica, tendo sido difundida pelos banqueiros internacionais, para tentar subjugar os países devedores latino-americanos. “Ninguém sabe o que foi feito deste dinheiro, exceto as comissões depositadas para o pequeno grupo de tomadores, nos bancos da Suíça, opinou.

Curiosamente, Saturnino Braga concordou com o atual diretor da Dívida Pública do Banco Central, André Lara Rezende, ao defender a adoção das ORTNs como moeda nacional, substituindo o enfraquecido cruzeiro.